ISSN: 2359-1048
Novembro 2021

INFORMAÇÃO CONTÁBIL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: PRÁTICAS DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

MARIANE MAIA MOURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

MARINETTE SANTANA FRAGA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PEDRO XAVIER DA PENHA
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - CAMPUS OURO BRANCO

ANDERSON DE OLIVEIRA REIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

Introdução
A informação contábil vem evoluindo nas formas de comunicar as práticas das empresas. Uma delas refere ao contexto do ambiente e da sociedade para atender as atuais necessidades de transparência dos objetivos empresariais e de como eles são alcançados. Em especial, a sobrevivência das entidades está atrelada ao cumprimento de suas metas econômicas, financeiras e sociais. Nesse campo encontram-se as práticas que buscam amenizar impactos ambientais e contribuições para o bem estar da sociedade. Elas são diretrizes adotadas e indicadas por organismos internacionais, como a Organização das Nações.
Problema de Pesquisa e Objetivo
Quais foram as práticas da Empresa Alfa S/A desenvolvidas no ano de 2020 que contribuem para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030)? Esse foi o problema delineado, visto que o ano de 2020 foi marcado pela pandemia COVID-19. O objetivo geral foi evidenciar as práticas da empresa para o cumprimento dos ODS em 2020. Entre os objetivos específicos, citamos: a) analisar as práticas empresariais alinhadas aos ODS 2030; b) selecionar os fragmentos das informações contábeis em relação aos ODS. A pesquisa foi realizada por meio de dados secundários.
Fundamentação Teórica
Os fundamentos teóricos perpassam pela responsabilidade social ambiental, com abordagem na sustentabilidade, no desenvolvimento sustentável e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Insere como instigação a área da contabilidade. Retrata alguns pontos da legislação ambiental brasileira. Estudos anteriores de Silva (2018); Teodósio et al (2018), Tenório; Lopes (2011), Laville (2009), Tachizawa (2019; 2008); Tinoco e Kraemer (2011) dão embasamento ao conteúdo dos tópicos sobre responsabilidade socioambiental, legislação ambiental brasileira, ODS 2030 e tipificação da contabilidade.
Metodologia
Este estudo foi classificado como pesquisa qualitativa, descritiva, documental com utilização de estudo de caso. Utilizou-se de dados secundários publicados no relatório de sustentabilidade da empresa. Em seguida, realizou-se uma exploração dos conteúdos sobre as atividades dos ODS e selecionou-se os fragmentos referentes às práticas que vão ao encontro dos ODS e os que explicitaram a influência ou não da pandemia do COVID-19 na efetivação das ações.
Análise dos Resultados
A discussão foi realizada mediante a codificação e categorização dos recortes da pesquisa. A categorização apresenta os conceitos de responsabilidade socioambiental, Contabilidade Gerencial e Ambiental. Eles possuem como cerne o ambiente, esse é delineado pelos conceitos na vertente da existência e preocupação com a preservação e utilização de forma equilibrada. De forma complementar, dialoga-se com as práticas sociais direcionadas e comprometidas para atender os ODS. Ainda explicita que o fato exógeno da COVID-19 interferiu para mudança da gestão empresarial alinhada com a sustentabilidade.
Conclusão
Os principais resultados, para o ano de 2020, revelaram que na categoria da responsabilidade social houve realização de ações para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O relatório de sustentabilidade esclarece que a pandemia influenciou a forma de gestão e levou ao aumento das ações pela empresa. No total, a empresa cumpriu com quinze ODS's, sendo que suas práticas aumentaram em relação ao ano de 2019.
Referências Bibliográficas
ABSON, D. J. et al. Leverage points for sustainability transformation. Ambio, v. 46, n. 1, 2017. FASOLIN, L.B. y col. (2014) Relación entre el índice de sostenibilidad y los indicadores económico-financieros de las empresas energéticas brasileñas. Revista electrónica de gestión ambiental, educación y tecnología, Santa María, v.18, n2, p.955-981, mayo-agosto. LAVILLE, E. A empresa verde. 1. ed. São Paulo: OTE, 2009. TENÓRIO, R. M; LOPES, U. M. Educação como fundamento da sustentabilidade. Salvador: EDUFBA, 2011.

Palavras Chave
Responsabilidade socioambiental, Contabilidade, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

INFORMAÇÃO CONTÁBIL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: PRÁTICAS DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 INTRODUÇÃO

A informação contábil vem evoluindo nas formas de comunicar as práticas das empresas em diversas áreas. Uma delas refere ao contexto do ambiente e da sociedade para atender as atuais necessidades de transparência dos objetivos empresariais e de como eles são alcançados. Nesse campo encontram-se as práticas que buscam amenizar impactos ambientais e contribuições para o bem estar da sociedade. Elas são diretrizes adotadas e indicadas por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas.

Em relação ao elo dessas práticas e a contabilidade, essa última desde os primórdios da existência humana foi caracterizada por sua utilização de controle para suprir necessidades. Evidências históricas apontam que os pastores faziam a contagem de seu rebanho por meio de traços no chão, isso para evitar perda desse bem e manter sua sobrevivência. Com o passar dos anos foi surgindo o comércio que influenciou a expansão da prática de controle dos bens, tais como trocas feitas por meio da moeda, contagem de estoques, entre outros. Com o desenvolvimento econômico, a contabilidade tornou- se uma ciência social que estuda e avalia de forma quantitativa e qualitativa o patrimônio das entidades, com o objetivo de nortear a saúde financeira marcada por uma gestão de lucratividade e denominada contabilidade financeira (SILVA, 2018).

Não distante desse objetivo, tem-se a contabilidade ambiental. Com ela é possível mensurar e fornecer informações aos administradores e demais *stakeholders* para a realização do gerenciamento dos recursos ambientais dentro das organizações. Tem sido cada vez mais evidente no meio ambiente o impacto trazido pela atividade humana. Os recursos naturais estão sendo consumidos em uma velocidade muito maior do que eles podem se recuperar e a forma como o meio ambiente é explorado compromete a capacidade do planeta de conseguir manter as condições ideais de vida. Esse aspecto culmina em aspectos sociais a serem gerenciados nas empresas (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Desta contextualização emergiu a seguinte problemática: quais foram as práticas da Empresa Alfa S/A desenvolvidas no ano de 2020 que contribuem para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030)? Esse foi o problema delineado, visto que o ano de 2020 foi marcado pela pandemia COVID-19. O objetivo geral foi evidenciar as práticas da empresa para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em 2020. Entre os objetivos específicos, citamos: a) analisar as práticas empresariais alinhadas aos ODS 2030; b) selecionar os fragmentos das informações contábeis em relação aos ODS. A pesquisa foi realizada por meio de dados secundários publicados pela instituição em seu portal *online*. Sendo denominada de Empresa Alfa S/A.

A Alfa S/A é uma das maiores produtoras mundiais de celulose. Ela é uma multinacional com sede situada no interior de Minas Gerais. É uma empresa que possui um reconhecimento de mercado, divulga práticas de responsabilidade socioambiental que fazem parte das informações qualitativas dos relatórios de sustentabilidade. Justifica-se o interesse dessa temática devido ao conjunto de recentes acontecimentos no país, em especial a mudança de percepção dos indivíduos em relação ao meio ambiente e a disseminação dos ODS pela ONU no ano de 2015. Outro fator de instigação é no que tange ao ano de 2020, um ano atípico com o acontecimento da pandemia denominada de COVID-19 e que levou a reflexão sobre as ações de responsabilidades sociais e as práticas desenvolvidas para o cumprimento dos ODS.

Desde os objetivos do milênio, diversas instituições aderiram à causa da responsabilidade socioambiental adotando métodos e procedimentos com reflexos menos nocivos à natureza e promovem ações que estimulam o cuidado e maior atenção ao meio ambiente. Essa atitude proporciona mudança de comportamento das pessoas que com o passar

dos anos têm notado a importância de preservação do meio ambiente e consequentemente acabam por incentivar que mais organizações invistam em planejamentos que façam processos cada vez mais sustentáveis. Assim, o surgimento de consumidores mais conscientes contribui para a mudança dos objetivos empresariais focados apenas na lucratividade, pois eles precisam ser alinhados com as necessidades sociais. Em especial, a sobrevivência das entidades está atrelada ao cumprimento de suas metas econômicas, financeiras e sociais (SILVA, 2018; TEODÓSIO *et al*, 2018).

A pesquisa classifica como qualitativa, descritiva e documental com uso de dados secundários. Os bancos de dados da Scientific Periodicals Electronic (SPELL®), do portal Periódicos CAPES/MEC e da Scientific Electronic Library Online (SciELO) foram a base do desenvolvimento teórico. O conteúdo foi estruturado em tópicos, sendo que o primeiro aborda a responsabilidade socioambiental, o segundo descreve a contabilidade gerencial e a ambiental, o terceiro menciona a metodologia, o quarto evidencia os resultados e quinto as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade socioambiental

O termo responsabilidade consiste no cumprimento de determinada obrigação, isso significa o dever de responder pelos próprios atos; obrigação essa que se faz individualmente ou em coletivo. Em sua ramificação existe a responsabilidade socioambiental. Uma responsabilidade que deve ser atribuída para as empresas e para ações das pessoas físicas. Como exemplo, tem-se a recomendação de ao escovar os dentes as pessoas devem desligar a torneira - uma ação em prol do ganho social (TENÓRIO; LOPES, 2011). As pessoas que praticam tais ações, automaticamente se tornam responsáveis por não causar desperdício e assim fazem a prática do consumo consciente, contribui para que dentro da sociedade em que vive não venha faltar a água e que outros indivíduos também possam usufruir dessa riqueza natural.

Portanto, são pequenas atitudes como essa e sendo realizadas em conjunto irão gerar resultados positivos para o coletivo. Nessa mesma lógica, acontece em ambientes empresariais diversas práticas que podem minimizar impactos e contribuir para o bem estar da humanidade. Ações semelhantes ao exemplo mencionado e realizadas em grande escala por pessoas jurídicas auxiliam na conscientização de seus funcionários, favorece o meio ambiente e podem otimizar os processos produtivos para a utilização de tecnologia limpa.

Por ser uma ação que deve ocorrer de forma coletiva, o santo padre Francisco lançou um desafio feito na carta encíclica *Laudato si'*, sobre o cuidado da casa comum, "O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar", e complementa "[...] Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. [...]" (ASSIS, 2015). Em toda a carta, Francisco utiliza de recortes de parábolas e passagens bíblicas de modo a reforçar aos fiéis e à toda humanidade a importância na mudança de percepção e cuidados com o meio ambiente.

Exemplo, do ponto de vista empresarial, é um dos utilizados por uma entidade que tem como atividade a produção de celulose. Ela estabelece ações para a otimização e a redução do uso de água e dos demais recursos naturais nos processos produtivos e realiza o tratamento adequado aos efluentes gerados nos processos industriais; isso é no que tange o aspecto ambiental. Em termos do social, a instituição atua com iniciativas de envolvimento da sociedade em suas ações culturais. Dentre doze práticas, cita-se os projetos de incentivo ao esporte e apoio à comunidade, ouvindo as pessoas para ter sugestões e essa participação contribui para possíveis melhorias.

Existem diversos conceitos de responsabilidade socioambiental. Entre eles, têm-se a definição de três palavras que serão utilizadas no decorrer dessa pesquisa: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e sustentável. Sustentabilidade é a busca pelo equilíbrio entre economia, natureza e ecossistema; Desenvolvimento sustentável é a forma em que se busca a sustentabilidade, o processo a ser realizado para alcançar o objetivo da sustentabilidade e; sustentável é a junção do objetivo de sustentabilidade em busca do equilíbrio com o processo a ser realizado no desenvolvimento sustentável (SILVINO, 2021).

Sabe-se que, a responsabilidade socioambiental se refere à responsabilidade no cumprimento de ações que conservem o meio ambiente de uma maneira sustentável e às obrigações legais da entidade. Diversas entidades têm direcionado suas práticas para essa atitude, criando projetos e ações com intuito de promover e garantir o bem estar dos funcionários e da sociedade em que se encontra (DIAS, 2008).

Em relação ao cumprimento das exigências legais, instituições que prezam pela responsabilidade socioambiental, mantém clareza na divulgação de suas informações de modo a garantir que a sociedade tenha acesso ao que acontece dentro da instituição, desde cumprimento dos pagamentos dos tributos aos incentivos e esforços feitos para garantia de atitudes responsáveis e sustentáveis.

Nascimento, Lemos e Mello (2008) dissertam sobre os diversos conceitos das palavras delineadas e da responsabilidade socioambiental. Os autores informam que as definições encontradas estão relacionadas as diferentes proposições, tais como as contribuições sociais voluntárias e filantrópicas, o comportamento ético e socialmente responsável, responsabilidade legal, entre outras possibilidades.

Em suma do exposto pode-se extrair que as empresas precisam balancear a utilização dos meios de produção em busca do lucro com a proteção ambiental e práticas sociais. Segundo Laville (2009) uma empresa, para ser considerada responsável, deve possuir a capacidade de responder por todos seus atos e por todos os impactos trazidos por sua atividade. Essa resposta não deve se restringir apenas aos seus acionistas, mas deve ser levada para todo o conjunto de públicos que, direta ou indiretamente, é atingido pelos reflexos gerados por sua existência. Isso significa manter relações com seus *stakeholders* informando e incentivando boas práticas de governança.

Não contrapondo o pensamento do autor citado anteriormente, mas de modo a enfatizar no que tange ao cumprimento da responsabilidade socioambiental, sabe-se que se a sustentabilidade não for encarada como atitude coletivista, poderá ocasionar um risco para as empresas de modo que se torne apenas uma fachada conveniente em termos de responsabilidade socioambiental, tendo pouco significado substancial, extraindo de fato a importância dos atos sustentáveis, voltando apenas para a questão de gestão estratégica e competitiva (ABSON *et al*., 2017; DE LANGE; BUSCH; DELGADO-CEBALLOS, 2012).

A responsabilidade socioambiental e seus termos norteiam as práticas sustentáveis empresariais mediante a elaboração de suas estratégias, em especial as competitivas (TACHIZAWA, 2019). A estratégia competitiva está relacionada à razão do aumento da lucratividade de uma empresa. Assim, uma estratégia bem formulada e bem dirigida é capaz de aumentar a competitividade de uma empresa perante outros grupos empresariais (MOTA, 2018).

De acordo com Atkinson *et al*. (2015), ao definir qual será a estratégia a ser implementada, uma organização necessita de toda a informação contábil gerencial possível, pois é a partir desses dados que ela consegue determinar quais processos serão necessários para alcançar as metas estabelecidas. Além disso, segundo Crepaldi e Crepaldi (2017) as informações proporcionadas pela contabilidade auxiliam os gestores a julgar o desempenho da empresa mediante a estratégia escolhida e da sua situação econômico-financeira. Dessa forma, os autores complementam que as demonstrações contábeis deixaram de ser apenas para controle

fiscal, e passaram a serem utilizadas como meio de obter informações gerenciais sobre a organização, auxiliando no processo de tomada de decisões.

Diante do exposto, entende-se que a estratégia com enfoque diferencial abrange a responsabilidade socioambiental e suas vertentes, pois elas norteiam as práticas sustentáveis empresariais. Uma das causas para a efetivação delas é a obrigatoriedade de cumprimento legislativo. Nessa abordagem, o próximo tópico explicita alguns recortes com ênfase na legislação ambiental do Brasil e nos ODS 2030.

2.2 Legislação Ambiental Brasileira e os ODS 2030

Para que as atitudes da entidade sejam consideradas como fins de responsabilidade socioambiental é preciso que ela esteja ciente aos cumprimentos e divulgação de seus dados contábeis. Para garantir que isso ocorra existem normas e regulamentos que delimitam o que e como devem ser obedecidas as regras para efetivar as ações e atividades empresariais. Nessa vertente, a sustentabilidade inserida na responsabilidade socioambiental refere ao conjunto de normas legais ou naturais direcionando as ações dos seres humanos em relação a natureza de forma a preservá-la para gerações futuras (Ayres,2008). Portanto, as normas requerem a elaboração de legislação especifica para o campo ambiental com fins sociais.

No contexto da doutrina legislativa brasileira, a temática da Responsabilidade Socioambiental é extensa e complexa. Nesse sentido, pertinentes são as lições de Tachizawa (2019; 2008) ao ensinar que responsabilidade social se relaciona ao conceito da governança corporativa e da gestão empresarial em situações cada vez mais complexas, nas quais questões ambientais e sociais são relevantes para o êxito e a sobrevivência nos negócios.

A Constituição da República de 1988 (BRASIL, 2002) preconiza em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Percebe-se que o constituinte fez alusão à ecologicamente equilibrado e não intocável. Também cabe destaque que a diretriz constitucional afirma ser dever também da coletividade cuidar do meio ambiente. Assim sendo, é fundamental que a população abandone a ideia de que somente o Estado é culpado de determinados problemas, tal pensamento é enfatizado na Lei 12.305/10 CAP III (BRASIL, 2010) que frisa da importância do poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos, exigindo contratação de especializados para o transporte, manuseio e descarte de produtos sólidos, assim como também a garantia de limpeza urbana. Entre outros fatores, menciona que os responsáveis pelo dano (caso ocorra) ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas.

Outra diretriz é a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC 15 que instituiu a Demonstração de Informações de Natureza Socioambiental. A mesma deve ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior. No que tange a parte financeira, forma simultânea para atingir lucros e zelar pelo meio ambiente, tem-se a norma ABNT ISO 14001. Ela assegura que é possível que as organizações atendam às suas necessidades socioeconômicas em equilíbrio com a proteção do meio ambiente (ABNT, 2015).

Essa norma ISSO tem como objetivo principal especificar os requisitos para a implementação de um sistema de gestão ambiental possibilitando que todas as organizações, desenvolvam práticas sustentáveis. Devido a essas exigências legais e o aparecimento do consumo consciente, os gestores tendem a incluir nas estratégias empresariais a responsabilidade social e ambiental visando permanecer competitivas no mercado. Essa assertiva vai ao encontro do pensamento de Farias (2008). O autor considera que as divulgações de dados ambientais têm cada vez mais participação dentro das estratégias empresariais. Sendo

que, entre essas, existem as práticas para atender aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030.

No ano de 2015, houve a elaboração dos ODS 2030. Sua estrutura é composta das diretrizes para dezessete objetivos 169 metas a serem cumpridas até o ano de 2030. O intuito de criação e implementação de ações que podem ser realizadas em prol da concretização e cumprimento das metas é base de efetivação dos ODS no âmbito nacional e internacional. Os objetivos possuem raízes nos Objetivos do Milênio (ODM), momento em que foi criado oito objetivos globais onde os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se comprometeram com o intuito de erradicar a pobreza e a fome do planeta. A partir dessa base, derivaram os dezessete objetivos conhecidos como ODS 2030.

A pretensão desses novos objetivos foi transcender o objetivo de erradicar a fome e a pobreza do planeta para a busca de um desenvolvimento sustentável e um pensamento e atitudes mais sustentáveis, segundo os dados da agenda 2030 da ONU. Sendo assim, o Quadro 1 apresenta os dezessete ODS 2030:

Quadro 1: Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

1	Erradicação da pobreza
2	Fome zero e agricultura Sustentável
3	Saúde e Bem-estar
4	Educação de Qualidade
5	Igualdade de Gênero
6	Água potável e saneamento
7	Energia limpa e acessível
8	Trabalho decente e crescimento econômico
9	Indústria, inovação e infraestrutura
10	Redução das desigualdades
11	Cidades e comunidades sustentáveis
12	Consumo e produção sustentáveis
13	Ação contra a mudança global do clima
14	Vida na água
15	Vida terrestre
16	Paz, justiça e instituições eficazes
17	Parcerias e meios de implementação

Fonte: Autoria própria, adaptado dos ODS 2030.

O quadro 1 evidencia a codificação e a categoria com os títulos de cada objetivo. Nota-se que o primeiro objetivo é mais abrangente na dimensão da situação de pobreza. Em seguida, os outros 16 objetivos irão interferir na mitigação dessa pobreza e devem atender ao primeiro objetivo. De forma integrada, o cumprimento dos ODS 2030 tende a diminuição das desigualdades e ao desenvolvimento sustentável da responsabilidade socioambiental.

É importante destacar que as empresas não são obrigadas a cumprirem com as metas dos ODS's. Tal atitude é facultativa, de modo em que os gestores se comprometem de maneira voluntária a cumprirem com as ações em busca de alcançarem o desenvolvimento sustentável. As instituições que se disponibilizam a isso devem acompanhar os progressos realizados com a implementação das metas, conscientizando também toda a equipe de trabalho ao incentivo das ações sustentáveis.

Com a criação das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foi possível realizar um conjunto de importantes dimensões que precisam de atenção, que são: o meio ambiente - no que tange a preservação, conservação e proteção; no aspecto social - voltado à melhoria de vida, saúde, educação e segurança; no âmbito econômico - voltado à redução dos usos dos recursos naturais de maneira descontrolada e inconsciente, preocupados com a diminuição à produção de resíduos, como também a redução do consumo de energia com incentivos ao consumo consciente; e também voltado a questão institucional de forma que os gestores e toda companhia possam cumprir com os ODS's na prática, segundo a ONU (2021).

No conteúdo desenvolvido, têm-se que a sustentabilidade é o objetivo maior a ser alcançado pelas entidades. Mas, existem pensamentos controversos a essa assertiva. Um exemplo é o relato do autor Munck. Ele descreve que a sustentabilidade não deve ser vista como um destino final e sim como uma jornada e enfatiza o termo de ser visto de modo extremista, afirmando que há extremidade econômica marcada pela predominância econômica. E negam também as dimensões sociais existentes. O autor compara essa vertente econômica com o extremismo ambiental. Esse utiliza da perspectiva ambientalista radical desconsiderando as dimensões sociais e econômicas, e ainda enfatiza a inexistência do equilíbrio entre a economia, a sociedade e o meio ambiente (MUNCK, 2013; 2015).

Considerando as ideias relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, percebe-se que elas se alinham e se complementam mesmo que alguns autores criticam tais pensamentos. Para esta pesquisa, optou-se pela vertente de que a sustentabilidade seja não apenas um objetivo fixo a ser alcançado, mas também uma atitude a ser almejada e vivenciada e que deve possuir relação com os objetivos lucratividades. Essa ligação pode carecer de dados para ser mensurada, visto que existem dificuldades nas informações contábeis divulgadas aos stakeholders sobre valores monetários das práticas sociais.

Contudo, pode-se deduzir que a realização e usualidade da Responsabilidade Socioambiental é um dever de todos e que há normas que norteiam como efetivar essa atitude. O tópico seguinte disserta a respeito da tipificação contábil, envolvendo a prática da Contabilidade Gerencial e da Contabilidade Ambiental.

2.3 Tipificação Contábil: atributos da Contabilidade Gerencial e Ambiental

Dissertando sobre a fundamental necessidade dos contadores para a saúde financeira das empresas, Crepaldi e Crepaldi (2017) relatam que a contabilidade gerencial é o processo de identificação e coleta de dados de modo a auxiliar na gestão administrativa nos demais segmentos da empresa de modo a avaliar e acompanhar o desempenho da instituição em todos os aspectos, tais como, processos, procedimentos e ambiente econômico.

Os Sistemas de Informações Gerenciais incluem dados derivados do Sistema de Contabilidade Gerencial. Esse, utiliza informações para verificar os padrões de atividades na entidade, por meio de cálculos, análises e estratégias. Para isso, torna-se indispensável a garantia de uma contabilidade fidedigna em busca de estratégias em prol da responsabilidade socioambiental, formando um elo entre a contabilidade gerencial, a contabilidade ambiental e a socioambiental.

Sabe-se que o controle gerencial, enquanto prática, por si só, não resolve todos os problemas das instituições, porém vislumbra um estilo de gestão com foco em aprimorar a estratégia organizacional em todas as suas etapas. Por sua vez, com auxílio da Contabilidade Gerencial é possível a criação de um plano de negócios e um plano financeiro que busque estratégias de lucros mais prováveis, como corroboram Crepaldi e Crepaldi (2017), que tais planos orientam a formulação de planos e orçamentos de curto prazo, ou operacionais, que, em geral, representam a implantação dos objetivos estratégicos de longo prazo da empresa.

Para Souza e Pimmel (2013) ela surgiu pela necessidade de haver confiabilidade nos

dados e informações econômicas em seus aspectos ambientais, tornando-se uma ferramenta para desenvolvimento das organizações e oferecendo informações, de forma adequada sobre a gestão ambiental dentro das empresas. Todavia, as informações ambientais precisariam ter um elo com as informações financeiras, e esse é complexo para ser identificado ou correlacionado de forma específica com os indicadores tradicionais da contabilidade.

Sendo assim, um auxílio nas decisões gerenciais se dá pelos índices econômicos financeiros. Conforme corrobora Matarazzo (2010), os índices são o modo mais utilizado para medir os aspectos econômicos e financeiros das empresas. E segundo Marion (2012), os indicadores econômicos concentram-se na geração de resultados de uma organização, direcionando-se para itens como a rentabilidade da organização, as vendas realizadas, o resultado obtido para o nível de investimento e as suas despesas. Bazzi (2016) ressalta que os índices devem ser analisados observando os eventos econômicos, os fatores e as mudanças que possam influenciar na situação da empresa para que os resultados obtidos não sejam imprecisos. Com isso, faz-se necessário uma interação entre a contabilidade gerencial e ambiental em prol de resultados eficazes.

Tendo em vista essa visão do sistema de controle gerencial juntamente com a Contabilidade Ambiental é possível que as estratégias traçadas garantam maior eficiência aos processos. A ideia é elaborar em termos de um plano de processo, etapa por etapa, que extingue ou que cause menor dano aos recursos ambientais utilizados nos processos. Com isso é voltada a atenção aos aspectos da Contabilidade Ambiental, como afirma Tinoco e Kraemer (2011, p.1):

> A questão ambiental tem sido discutida com maior frequência ao mesmo tempo que se constata que a interferência do indivíduo nos sistemas naturais, pode comprometer tanto a qualidade de vida da atual população mundial quanto a vida das futuras gerações." (apud FASOLIN et al., 2014, p.970).

Segundo Gomes (2020, p.23), "a entidade deve demonstrar que está direcionando sua atuação, de acordo com os diversos aspectos econômicos e mercadológicos, bem como com a atenção socioambiental". Na concepção de Carvalho (2012), a Contabilidade Ambiental é o segmento científico, responsável pelo registro e divulgação dos eventos que provocam alterações no patrimônio da entidade em decorrência de sua experiência com o meio ambiente. Contudo, não é uma técnica ou ciência nova e sim uma tendência da ciência contábil.

O autor enfatiza que a entidade deve controlar seus passivos ambientais, assim como suas práticas em prol de relações com o meio ambiente e a comunidade em que atua. Tal visão gera uma necessidade que requer da contabilidade novos relatórios de controle e de estratégias. Uma vez que a Ciência Contábil busca fornecer informação útil aos seus usuários, a Contabilidade Ambiental se faz necessária como fonte para que entidades obtenham informações tempestivas e úteis, capazes de auxiliar no Planejamento Estratégico para uma melhor gestão dos recursos naturais, contribuindo para uma produção e maximização de lucros de forma sustentável e minimização dos danos causados ao meio ambiente.

A Contabilidade Ambiental surgiu a partir da necessidade de mensuração das informações destinadas à área ambiental e social. Para Tinoco (2009) é a forma de contabilização mais ambiciosa por conta da evidenciação, registros e mensuração das externalidades negativas a respeito dos eventos ambientais. Através dela é possível realizar o reconhecimento do ativo e passivo ambiental, tal como gastos ambientais. De acordo com Tinoco e Kraemer (2011), os gastos ambientais estão presentes em todo momento nas ações das empresas e nem sempre é fácil de ser identificado, pois podem estar camuflados nas etapas do processo produtivo.

Para Tenório e Lopes (2011), apesar do objetivo das entidades empresariais serem a maximização de lucros, a cobrança social aumenta quanto à responsabilidade socioambiental (variável importante levada em consideração pelos consumidores), logo, a Contabilidade

Ambiental pode fornecer um norteamento para utilização adequada de recursos naturais e enquadramento das normas às normas e padrões pelos órgãos governamentais, pela sociedade e por seus clientes.

Contudo, a responsabilidade que se deve ter para o cumprimento de ações socioambientais deve ser observada pelos profissionais da Contabilidade conforme a Resolução CFC n° 1.003/04 – NBC T 15; legislação ambiental brasileira. Ela versa sobre informações de natureza social e ambiental afirmando quais informações de natureza social e ambiental deverão constar nas demonstrações e que são nortes para a geração e distribuição de riqueza, para os investimentos em recursos humanos, para a interação da entidade com o ambiente interno e externo envolvendo os meios de geração de riqueza das instituições atrelados aos cuidados com os riscos que podem ocasionar os processos empresariais ao meio ambiente.

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico iniciou com a classificação da pesquisa. Para este trabalho, a priori classificou-se a pesquisa como qualitativa. Sua finalidade é descritiva com utilização de estudo de caso. Segundo Andrade (2010, p. 112), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada pelos "fatos que são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles". Utilizou-se de técnicas de pesquisa documental por meio de dados secundários. Estes foram publicados no portal online da entidade objeto de estudo, ou seja, houve a realização de um estudo de caso (YIN, 2015). O recorte dos documentos divulgados pela empresa foi o relatório de sustentabilidade. O conteúdo evidencia investimentos em atividades de responsabilidade socioambiental atreladas aos ODS 2030, criados pela ONU.

Quanto a análise de dados, o recorte metodológico foi a técnica de análise de conteúdo aos moldes dos ensinamentos de Bardin (2011) Um método que atende aos atributos da pesquisa qualitativa. Nesse âmbito, Michel (2015), considera que a pesquisa qualitativa se propõe a colher e analisar dados descritivos, obtidos diretamente da situação estudada. O autor esclarece que esse tipo de pesquisa enfatiza o processo mais que o resultado e ela tende a retratar a perspectiva dos participantes.

Dessa forma, este estudo foi classificado como pesquisa qualitativa e teve os dados analisados mediante os conteúdos divulgados em seu relatório de sustentabilidade. Após a coleta dos dados, procedeu-se a leitura minuciosa. Em seguida realizou-se uma exploração dos conteúdos sobre as atividades dos ODS e selecionou-se os fragmentos referentes às práticas que vão ao encontro dos ODS e os que explicitaram a influência ou não da pandemia do COVID-19 na efetivação das ações.

Os dados foram categorizados e passaram por uma análise interpretativa que pudesse responder aos objetivos da pesquisa. Segundo princípios de Bardin (2011), a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação.

Conforme Bardin (2011, p. 133), a inferência poderá "apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor".

Portanto, reitera-se que a primeira fase da pesquisa envolveu a leitura "flutuante", ou seja, um primeiro contato com o documento que foi submetido à análise: a escolha deles, a formulação dos objetivos, a elaboração dos indicadores que orientaram a interpretação e a preparação formal do material (Bardin, 2011). Na segunda fase realizou-se a exploração do material que é a etapa de codificação e categorização dos dados a serem analisados.

Com o delineamento teórico e de posse do relatório de sustentabilidade de 2020, foi possível a construção de duas unidades de registro e de contexto que culminaram na elaboração das codificações e das categorias temáticas. Estabeleceu-se o código 1- ATIC (Atributos

Teóricos das Informações Contábeis) e o código 2- APODS (Atributos das Práticas dos ODS Contábeis). O primeiro representa a categoria da fundamentação teórica. O segundo refere aos fragmentos textuais dos relatórios de sustentabilidade relacionados aos ODS, as práticas efetivadas e a influência da pandemia COVID-19. O quadro 2 explicita a codificação, as categorias e seus atributos:

Quadro 2: Codificação e categorização

Codificação	Categorias	Atributos
1 – ATIC	Responsabilidade socioambiental Tipificação contábil.	Conceitos dos fundamentos teóricos.
2 – APODS	Práticas efetivadas Pandemia COVID-19.	Especificação das práticas. Efeitos da pandemia COVID-19.

Fonte: Autoria própria.

Na última fase foi realizado o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação. De forma concomitante com a realização da pesquisa qualitativa houve a exploração de fundamentos teóricos. Para esse conteúdo, utilizou-se doutrinas sobre as temáticas de responsabilidade socioambiental e da tipificação da Contabilidade, com buscas em artigos científicos, livros e pesquisas publicadas, disponibilizadas em sites confiáveis e especializados, tais como Portal de Periódicos CAPES, Scientific Electronic Library Online - Scielo Brasil e Scientific Periodicals Electronic Libraryn - Spell, bem como nas informações obtidas diretamente no site da empresa pesquisada.

A pesquisa foi realizada no período de 20 de maio até 20 de agosto de 2021. Como termos chave escolheu-se: Contabilidade Ambiental, Contabilidade Gerencial, Contabilidade Socioambiental, Responsabilidade Social, Sustentabilidade. Sendo as áreas especificadas, o campo da Administração e das Ciências Contábeis que fazem parte das Ciências Socais Aplicadas. Foram consultados 20 artigos entre os anos de 2011 a 2021.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta sessão, realizou-se as interpretações dos dados selecionados para a pesquisa e que foram divulgados pela empresa Alfa S/A. A interpretação foi realizada tendo como cerne a resposta para os objetivos delineados na pesquisa mediante a codificação e categorização dos recortes da pesquisa, como demonstrado no quadro 3.

Quadro 3: Categorização da pesquisa.

Categorias	Atributos	Fragmentos
1 – ATIC	Conceitos de responsabilidade socioambiental Tipificação contábil	**Responsabilidade socioambiental**: Lemos e Mello (2008) informam que as definições de responsabilidade socioambiental estão relacionadas as diferentes proposições, tais como as contribuições sociais voluntárias e filantrópicas, o comportamento ético e socialmente responsável, responsabilidade legal, entre outras possibilidades. **Contabilidade Gerencial:** Crepaldi e Crepaldi (2017) relatam que a contabilidade gerencial é o processo de identificação e coleta de dados de modo a auxiliar na gestão administrativa e nos demais segmentos da empresa de modo a avaliar e acompanhar o desempenho da instituição em todos os aspectos, tais como, processos, procedimentos e ambiente econômico. **Contabilidade Ambiental:** Carvalho (2012), a Contabilidade Ambiental é o segmento científico, responsável pelo registro e divulgação dos eventos que provocam alterações no patrimônio da entidade em decorrência de sua experiência com o meio ambiente. Contudo não é uma técnica ou ciência nova e sim uma tendência da ciência contábil.
2 - APODS	ODS 2030 Práticas efetivadas Pandemia COVID-19	ODS 2030: objetivos definidos pela ONU para diminuir a desigualdade e mitigar a pobreza entre os países. PRÁTICAS DA ALFA S/A VERSUS ODS 2030 1. Gestão da Água e Efluentes: Gerenciamento dos Recursos Hídricos e Efluentes e Resíduos - Atendendo os ODS 6, 12 e 14. 2. Desempenho Econômico e Financeiro: Geração e Distribuição de Riqueza; Relacionamento com fornecedores – ODS 8 3. Manejo Florestal Sustentável: Compliance, Gestão de Riscos, Multas, Queixas, Reclamações e Ações Judiciais; Manejo Florestal e Logística da Madeira, e; Certificações. – ODS 12 e 17. 4. Desenvolvimento Socioeconômico Regional: Gestão do Capital Humano; – ODS 3, 4, 5 e 10. Relacionamento com as Comunidades – ODS 1, 2, 3, 4, 8,10 e 16. Relacionamento com Fornecedores – ODS 8; Geração e Distribuição de Riqueza; Relações internacionais – ODS 11. 5. Conservação e Proteção da Biodiversidade: Biodiversidade – ODS 14 e 15. 6. Gestão das Emissões: Emissões atmosféricas – ODS 13. 7. Adaptação à Mudança do Clima: Emissões Atmosféricas – ODS 13. 8. Eficiência na Gestão de Insumos: desempenho ambiental de materiais e energia – ODS 7 e 12. 9. Saúde e Segurança dos Trabalhadores: Saúde e Segurança Ocupacional – ODS 3. 10. Inovação, Tecnologia e Novos Produtos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – ODS 9. Pandemia COVID-19 – Esclarecimento do Relatório de Sustentabilidade (RS)

		Página 11 do RS: "O atual momento requer reflexões importantes sobre o que valorizamos, assim como a forma que nos relacionamos com o mundo". "As empresas agora, cada vez mais, deverão priorizar iniciativas sustentáveis que gerem lucros alinhadas à preservação ambiental e à prosperidade social, a chamada "sustentabilidade corporativa"

Fonte: Autoria própria.

Conforme o quadro 3, a categorização apresenta os conceitos de responsabilidade socioambiental, Contabilidade Gerencial e Ambiental. Esses possuem como cerne o ambiente, esse é delineado pelos conceitos na vertente da existência e preocupação com a sua preservação e utilização de forma equilibrada. De forma complementar, reflete práticas sociais direcionados e comprometidas para atender os ODS. Explicita que o fato exógeno da pandemia COVID-19 interferiu para uma mudança da gestão empresarial alinhada com a sustentabilidade.

4.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Inseridos na codificação 2 - APODS e nos atributos dos ODS 2030, das Práticas efetivadas e da Pandemia COVID-19, especifica-se que dentre os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, constatou-se que a empresa Alfa S/A afirmou em seu relatório de sustentabilidade o cumprimento de 15 desses objetivos, conforme o quadro 4:

Quadro 4: ODS's cumpridos por meio de atividades realizadas no ano de 2020.

Números dos ODS's	Descrição dos ODS's
3	Saúde e bem-estar
4	Educação de qualidade
5	Igualdade de gênero
6	Água potável e saneamento
7	Energia limpa e acessível
8	Trabalho decente e crescimento econômico
9	Indústria, inovação e infraestrutura
10	Redução das desigualdades
11	Cidades e comunidades sustentáveis
12	Consumo e produção responsáveis
13	Ação contra a mudança global do clima
14	Vida na água
15	Vida terrestre
16	Paz, justiça e instituições eficazes
17	Parcerias e meios de implementação

Fonte: Relatório de Sustentabilidade ALFA S/A 2020.

A nível de informação, o quadro 5 evidencia os ODS's atendidos no ano de 2019:

Quadro 5: ODS's atendidos no ano de 2019.

Números dos ODS's	Descrição dos ODS's
2	Fome zero e agricultura sustentável
3	Saúde e bem estar
4	Educação de qualidade
8	Trabalho decente e crescimento econômico
10	Redução das desigualdades
16	Paz, justiça e instituições eficazes

Fonte: Relatório de Sustentabilidade ALFA S/A 2019. (Adaptado).

Os ODS's foram atendidos por meio de práticas descritas no quadro 6:

Quadro 6: Práticas realizadas em cumprimento dos ODS's

Ações realizadas	ODS's
Realização do Seminário de Apicultura	2 e 8
Renovação dos contratos de parceria agrícola com os municípios de Belo Oriente, Caratinga e Ipaba até 2024	2 e 8
Atualização das placas de sinalização das áreas de parceria	2 e 8
Capacitação de 102 professores	4
Orientação e acompanhamento no processo de eleição da nova diretoria da associação	8
Realização de oficinas e apresentação teatral com temática voltada a situações vivenciadas pelo público no seu dia a dia	3 e 4
Construção de um espaço em terreno da Associação para reuniões e acondicionamento de produtos comercializados no Município	10 e 16

Fonte: Relatório de Sustentabilidade de 2019. (Adaptado).

Para os ODS's de números 3, 10 e 16, o quadro 6 aponta a efetividade de duas práticas que envolvem o território local. As demais práticas estão atreladas aos objetivos de 2,4 e 8. Sendo esse último o que envolveu mais quantidades de práticas e que estão preocupadas com o desenvolvimento econômico.

A comparação das práticas efetivadas em 2019 e 2020 mostra um aumento das mesmas. Segundo informações contidas no relatório de sustentabilidade de 2020 publicado pela instituição, esse aumento se deu devido a pandemia da COVID-19. A assertiva está fundamentada nos fragmentos da página 11 do relatório de sustentabilidade divulgado pela empresa, conforme o quadro 3. A partir de 2020, com as novas necessidades surgiu um novo pensamento, novas ideias e com elas, novas iniciativas que fizeram com que fossem criados, dentro da gestão da empresa 29 Índices de Sustentabilidade Alfa, o chamado ISC.

4.2 Indicadores de Sustentabilidade

A Alfa S/A com uma visão de empresa, meio ambiente e sociedade mutuamente conjuntas, realizou alterações no seu modo de gestão que era voltado para a geração de riqueza aos acionistas. Na atualidade, a gestão visa a geração da riqueza aliada com o desenvolvimento sustentável. Assim, o relatório de sustentabilidade esclarece. "[...] o principal objetivo era gerar valor para os nossos *stakeholders* (acionistas), hoje vamos além [...]"

O ISC foi criado com intuito de atender a quatro dimensões de sustentabilidade, sendo elas a questão institucional, econômica, social e ambiental. Com base nessas dimensões foram elaborados vinte e nove indicadores que são utilizados para nortear todas as práticas realizadas pela empresa.

Como fora dito no decorrer do trabalho, ações em busca da sustentabilidade são atitudes a serem realizadas em conjunto, durante o processo de desenvolvimento sustentável. Tendo ciência disso, a Alfa S/A afirma procurar meios de atrair a atenção e apoio dos clientes, colaboradores, acionistas e parceiros para que possam direcionar práticas sustentáveis aos objetivos institucionais da empresa. Em especial, os que visam lucratividade.

Segundo nota explicativa da empresa, seus resultados econômicos e financeiros sofreram redução em 2020 quando comparados com 2019. Porém, a diminuição não se deu devido à pandemia do COVID-19, assim foi o relato: "Até o presente momento, não houve impacto operacional ou financeiro relevante para a Companhia decorrente da pandemia da COVID-19."

Em síntese, ao longo da pesquisa foi verificada a mudança na visão dos gestores em relação ao meio ambiente e sociedade. É uma realidade de mudança de estratégia para adequar atividades e fatores externos, no caso do ano de 2020 a pandemia do COVID-19. A nova visão da gestão deve ser vista como uma função individual com atitudes que consequentemente influenciam num todo, como afirmam Tinoco e Kraemer (2011) que corroboram a respeito da interferência que ocorre entre ações humanas no meio ambiente, que podem ocasionar reflexos nas gerações futuras.

Com essa alteração de visão e percepção de empresa, meio ambiente e sociedade a gestão da empresa Alfa realizou, no ano de 2020, ações em prol do cumprimento de quinze objetivos do ODS, atitude defendida pelos princípios de Tenório e Lopes (2011). Segundo os autores, as atitudes empresariais devem se valer na busca por lucros atrelados ao cumprimento da responsabilidade socioambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar as práticas realizadas em prol do cumprimento dos ODS 2030, no ano de 2020 pela empresa Alfa S/A. Os objetivos específicos foram analisar as práticas empresariais ligadas aos ODS 2030 e evidenciar os fragmentos das informações contábeis em relação aos ODS.

Perante os resultados das práticas divulgadas no relatório de sustentabilidade de 2020 foi possível verificar a presença das estratégias de Porter (2004) na vertente de diferenciação. Segundo Porter (2004), ela visa diferenciar o produto ou serviço que uma empresa oferece com o intuito de torná-lo único perante o setor em que ela está inserida. Repensar sua forma de gestão para atender novas necessidades impostas pela pandemia COVID-19 foi uma postura de diferenciação em relação as suas práticas de ações sociais e seu compromisso com os ODS 2030. Uma mudança de gestão que pode trazer resultados sociais e financeiros ao longo do tempo.

O relatório de sustentabilidade da empresa Alfa S/A apresentou práticas positivas em relação a responsabilidade social e ambiental, todavia não foi encontrado nenhum fragmento textual que trouxesse informações de seu passivo ambiental. Em relação as práticas dos ODS, dois objetivos não foram identificados nas ações e práticas da empresa Alfa S/A no ano de 2020, sendo eles os de número 1 e de número 2.

Verificou-se que a atividade da empresa é de imenso impacto ambiental e social no estado de Minas Gerais. A realidade ao seu entorno evidencia marcas de desequilíbrios ambientais e as condições da população também nos retrata uma necessidade de minimização de vulnerabilidades, fato que a empresa pode minimizar com parcerias públicas ou privadas. Enfim, existe ausência de informação entre ações divulgadas, realizadas e ações não realizadas e não divulgadas. Ou seja, não são todas as causas e efeitos de seus passivos ambientais e sociais que são informados nos relatórios de sustentabilidade, podendo ter um desvio da realidade das práticas informadas sobre a responsabilidade socioambiental.

Recomenda-se para futuros trabalhos análise de todos os indicadores econômico-financeiros da empresa Alfa S/A. A carência de divulgação dos valores monetários investidos nas práticas de responsabilidade social realizadas para o cumprimento dos ODS, impossibilita a realização de análise comparativa com indicadores tradicionais de desempenho. Sendo assim, outra recomendação para futuras pesquisas é investigar se há dados internos que possam fornecer a relação entre os investimentos nas práticas de responsabilidade social e ambiental com indicadores econômicos financeiros. Sugerimos ainda a continuação desta pesquisa com a análise a partir de 2015 (ano da criação dos ODS), de modo a medir e comparar o aumento do cumprimento de práticas em prol do atendimento dos ODS 2030.

Em síntese, o objetivo geral foi alcançado por meio da descrição das práticas realizadas em prol do cumprimento dos ODS 2030. O atendimento aos objetivos específicos foi realizado pela descrição do quadro referente a codificação e categorização criadas para a análise de conteúdo. A empresa realizou o cumprimento de 15 dos ODS pelas ações efetivadas no ambiente administrativo, operacional e na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABSON, D. J. *et al.* **Leverage points for sustainability transformation**. Ambio, v. 46, n. 1, 2017.

AYRES, R.U. **Sustainability economics: Where do we stand? Ecological Economics**, v.67, n.2, p.281-310. 2008.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSIS, F. Carta Encíclica - **Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum.** São Paulo: Paulinas, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT NBR **ISO 14001**: requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: ABNT, 2015 Disponível em: <http://www.abnt.org.br/publicacoes2/category/146-abnt-nbr-iso-14001>. Acesso em: 22 de junho de 2021.

ATKINSON, A. A., KAPLAN, R.S., MATSUMURA, E. M., YOUNG, S. M. **Contabilidade Gerencial - Informação para Tomada de Decisão e Execução da Estratégia.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAZZI, S. (Org.). **Análise das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União: Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

CARVALHO, G. M. B. **Contabilidade ambiental** - Teoria e Prática, Curitiba: Juruá, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução CFC nº 1.003/04: **Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental**, 2004. Disponível em: <www1.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 29 de junho, 2021.

CREPALDI, S. A., CREPALDI, G. S. **Contabilidade Gerencial - Teoria e Prática**. 8, ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DE LANGE, D. E.; BUSCH, T.; DELGADO-CEBALLOS, J. **Sustaining sustainability in organizations. Journal of Business Ethics**, v. 110, n. 2, p. 151-156, 2012.

DIAS, Silvana de Brito Arrais. **Modelo de implementação de Sistema de Gestão Ambiental em empresas públicas e privadas.** 2008. 157 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

FARIA, A. **A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica.** Revista de Administração Pública - RAP, RIO DE JANEIRO, p. 1- 27, JAN./FEV. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/L8QTLtdJhKwzBgzPzBHv69h/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2021.

FASOLIN, L.B. y col. (2014) Relación entre el índice de sostenibilidad y los indicadores económico-financieros de las empresas energéticas brasileñas. **Revista electrónica de gestión ambiental, educación y tecnología**, Santa María, v.18, n2, p.955-981, mayo-agosto.

GOMES, K. et al. **Contabilidad ambiental: desde una visión de responsabilidad social.** Intern. Journal of Profess. Bus. Review, São Paulo, v.5, n.1, p. 23, Jan/Jun de 2020.

LAVILLE, E. **A empresa verde**. 1. ed. São Paulo: OTE, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**.7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**, Abordagem Gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTA, A. **Estratégia Competitiva.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. 284p. OLIVEIRA, Djalma de Pinho de. Planejamento estratégico: conceito, metodologias e práticas. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MUNCK, L. **Gestão da Sustentabilidade em Contexto Organizacional: Integrando sensemaking, narrativas e processo decisório estratégico.** O & S, Salvador, v. 22, n. 75, 2015.

MUNCK, L. **Gestão da Sustentabilidade nas Organizações: um novo agir frente à lógica das competências.** São Paulo, SP: Cengage Learning, 2013.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. A. A. **Gestão socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL - ONU BR. **A Agenda 2030.** Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso: 22 de jun. de 2021.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL - ONU BR. **17 Objetivos para transformar o mundo.** Disponível: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso: 22 de jun. de 2021.

SILVA, B. **Contabilidade e Meio Ambiente: Considerações Teóricas e Proposta de Aplicação ao Controle dos Gastos Ambientais**, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/326131999_Contabilidade_e_Meio_Ambiente_Consideracoes_Teoricas_e_Proposta_de_Aplicacao_ao_Controle_dos_Gastos_Ambientais/citations#fullTextFileContent>. Acesso: 16 de setembro de 2021.

SOUZA, M. A.; PIMMEL, R. M. Análise de desempenho econômico e social: Estudo do balanço social de empresas brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 53-69, 2013.

TACHIZAWA, E. T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2019.

TACHIZAWA, E. T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa:** estratégias de negócio focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2008.

TENÓRIO, R. M; LOPES, U. M. **Educação como fundamento da sustentabilidade.** Salvador: EDUFBA, 2011.

TEODÓSIO, A. S.S, YOSHITAKE, M., OLIVEIRA, M.H., FRAGA, M.S. Relatório de Sustentabilidade, Evidenciação e Efetividade da Gestão Ambiental: análise das incongruências em um caso do setor extrativo mineral. **XX ENGEMA**, 2018.

TINOCO, J. E. L. **Mapa de danos: Recomendações básicas. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.** Olinda, 2009.

TINOCO, J.E.P; KRAEMER, M.E.P. **Contabilidad y gestión medioambiental: Gestión medioambiental: lo que necesitamos saber**. 3a edición. San Pablo. Atlas, 2011.

SILVINO, R. **Conceitos, ações sustentáveis, legislação, consequências sobre ecossistemas e clima.** Youtube, 20 de maio de 2021. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=E-RV2Th2Gdc>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 5. ed., Porto Alegre: Bookman, 2015.